

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Quinta-Feira, 09 de abril de 2026 | edição nº 1504

R\$ 2,50

DÓLAR FECHA NO MENOR VALOR DESDE MAIO DE 2024, E BOLSA RENOVA RECORDE COM CESSAR-FOGO ENTRE EUA E IRÃ

O dólar fechou em queda de 1%, cotado a R\$ 5,102, nesta quarta-feira (8), após Estados Unidos e Irã firmarem um cessar-fogo de duas semanas no conflito no Oriente Médio. A trégua também prevê a reabertura do estreito de Hormuz, por onde passam cerca de 20% de todo o petróleo e gás natural liquefeito consumidos no mundo.

É o menor valor de fechamento desde 7 de maio de 2024, quando encerrou a R\$ 5,071. Na mínima do pregão, o dólar atingiu R\$ 5,065, em queda de 1,73%.

O movimento acompanhou o exterior, onde o índice DXY, que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de seis divisas fortes,

recuou 0,85%, a 99 pontos.

Em meio ao maior apetite por ativos de risco, a Bolsa encerrou o dia em novo recorde de fechamento, em alta de 2,09%, a 192.201 pontos. Durante o dia, o índice também atingiu um novo recorde histórico intradiário, aos 193.759 pontos.

A valorização da Bolsa ocorreu apesar da queda do petróleo, que pressionou as ações da Petrobras e de outras petrolíferas brasileiras durante o pregão.

Às 17h, os contratos do Brent, referência global, despencavam 11,72%, a US\$ 96,53, enquanto do barril WTI (West Texas Intermediate), padrão dos EUA, caía 14,77%, a US\$ 96,30.

O recuo também impac-

tou o pregão brasileiro, com o setor petrolífero caindo em bloco. As ações da Petrobras encerraram o dia em quedas de 4,31% (preferencial) e 3,91% (ordinária).

Prio, PetroRecôncavo e Brava Energia recuaram 5,48%, 2,90% e 2,86%, respectivamente.

O principal fator do pregão foi a trégua da guerra no Oriente Médio. Após dizer que "uma civilização inteira morrerá nesta noite" e ameaçar obliterar a infraestrutura civil do Irã, Donald Trump recuou novamente e aceitou na terça-feira (7) uma proposta feita pelo Paquistão para um cessar-fogo de duas semanas na guerra iniciada em 28 de fevereiro pelos Estados Unidos e Israel.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo vai subir etanol na gasolina para 32% ainda no primeiro semestre, diz Silveira

Lula faz cobrança pública a integrantes do STF e diz que ministro não pode querer ser milionário

Não há auditoria ou sindicância que indique culpa de Campos Neto no caso Master, diz Galípolo

Receita regulamenta tributação mínima de 15% para multinacionais



Transportadoras buscam clareza sobre situação em Hormuz após novos alertas do Irã



NO MUNDO

Israel ignora cessar-fogo e faz maior ataque ao Líbano desde o início da guerra



Horas após o anúncio do cessar-fogo na guerra contra o Irã, Israel ignorou parte da trégua e direcionou esforços militares ao Líbano. Segundo o premiê Binyamin Netanyahu, Tel Aviv lançou a maior ofensiva contra o país vizinho desde o início do conflito. O saldo, segundo o governo local, é de dezenas de mortos e feridos. Teerã, por sua vez, ameaça abandonar o acordo da véspera caso os ataques ao território libanês não sejam interrompidos.

O Líbano foi arrastado para o conflito após o grupo Hezbollah, aliado de Teerã, ter atacado o Estado judeu dias depois do início da guerra, em 28 de fevereiro. Israel revidou e hoje

ocupa militarmente o sul do território. O presidente do Líbano, Joseph Aoun, afirmou que espera que o país seja incluído na trégua. Nas negociações, Teerã condicionou sua adesão ao fim dos ataques contra seus aliados na região.

Inclusive, o primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, que costurou o plano, afirmou que as partes haviam aceitado um cessar-fogo "em todos os lugares" onde há conflito. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por sua vez, disse que Beirute não faz parte do acordo. O Exército de Israel informou ter feito uma ofensiva contra cerca de cem alvos do Hezbollah em diversas regiões do Líbano, incluindo a capi-

tal Beirute, o Vale do Beqaa, no leste, e o território ao sul, descrevendo a operação como o "maior ataque" à infraestrutura do grupo desde o início da guerra.

O Ministério da Saúde do Líbano afirmou que 112 pessoas foram mortas, incluindo 12 profissionais de saúde, e que 837 ficaram feridas. A Presidência escreveu, em comunicado, que Israel cometeu um massacre. Já o primeiro-ministro libanês, Nawaf Salam, pediu que países aliados ponham fim aos ataques israelenses.

O chanceler iraniano, Abbas Araghchi, ligou para o comandante do Exército do Paquistão para denunciar o que considerou uma violação do acordo por parte de Israel. Folhapress

Trump avalia punir países da Otan por falta de apoio na guerra, diz jornal

Donald Trump avalia medidas para punir países da Otan por falta de apoio na guerra contra o Irã. Informação é do The Wall Street Journal.

Plano em estudo na Casa Branca prevê retaliações a aliados que, na visão do governo, atrapalharam os EUA durante o conflito. Entre as opções citadas pelo jornal está transferir tropas americanas de alguns países para os que apoiaram a ofensiva no Oriente Médio.

A Otan é uma aliança militar formada por mais de 30 países. Entre eles, os EUA e nações europeias, como França, Itália e Reino Unido.

Polônia, Romênia, Lituânia e Grécia aparecem como possíveis destinos de unidades deslocadas. A mudança, se ocorrer, pode aumentar a presença militar americana mais perto da Rússia e elevar a tensão no Leste Europeu.

Outra hipótese discuti-

da seria fechar uma base militar dos EUA na Europa. Segundo o WSJ, a medida poderia atingir instalações na Espanha ou na Alemanha.

Espanha e Alemanha foram citadas no relato por terem se posicionado contra aspectos da ofensiva. O governo espanhol barrou o uso do espaço aéreo por aviões americanos envolvidos na operação contra o Irã, enquanto a Alemanha criticou a ação, apesar de abrigar centros importantes de apoio militar dos EUA.

Trump tem aumentado as críticas públicas à aliança e cobrado mais participação dos aliados em operações no Oriente Médio. Nos últimos dias, ele também pressionou por apoio para a reabertura do Estreito de Hormuz, ponto estratégico para o transporte de petróleo.

Em março, Trump afirmou nas redes sociais que países da Otan "não fizeram absolutamente nada" para ajudar os EUA no Irã. Folhapress

Rússia repete EUA e fala de interferência da UE em eleição húngara



Um dia depois do vice-presidente americano, J.D. Vance, afirmar que "burocratas de Bruxelas" querem tirar Viktor Orbán do poder na Hungria, nesta quarta-feira (8) foi a vez da Rússia corroborar com a tese de interferência externa na eleição parlamentar do país.

Um opositor, Péter Magyar, lidera as pesquisas de opinião, abrindo a perspectiva do fim da era Orbán após 16 anos marcados pela instalação de um governo autocrático.

Segundo Dmitri Peskov, porta-voz do Kremlin, "muitas forças na Europa, muitas forças em Bruxelas, não gostariam que Orbán voltasse a vencer as eleições". Peskov

tinha sido perguntado, na verdade, sobre uma reportagem da Bloomberg, desta semana, que mostra uma proximidade muito grande entre o premiê húngaro e o presidente russo, Vladimir Putin.

"Estou pronto para ajudar imediatamente... Se precisar de ajuda em qualquer assunto, estou à sua disposição", teria dito Orbán a Putin, em 17 de outubro do ano passado. A frase consta da transcrição de um telefonema entre os líderes, feito durante uma infrutífera negociação de cessar-fogo na Ucrânia, mediada por Donald Trump.

Putin, ao responder, declarou que a Hungria seria "talvez o único país europeu

aceitável" como local de encontro dele com Trump. O encontro não aconteceu, mas, à época, Orbán ocupou o noticiário ao declarar que ignoraria o pedido de prisão que pesa contra o russo, emitido pelo Tribunal Penal Internacional.

O episódio se soma a outras revelações feitas nas últimas semanas sobre o envolvimento dos serviços de inteligência russos na campanha de Orbán e a proximidade dos ministros de Relações Exteriores dos dois países. Péter Szijjártó, segundo os relatos, passou anos abastecendo o colega Sergei Lavrov com o conteúdo de reuniões do Conselho Europeu. Folhapress

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte da **abra legal**

ECONOMIA

Governo vai subir etanol na gasolina para 32% ainda no primeiro semestre, diz Silveira



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta quarta-feira (8) que a mistura de etanol na gasolina subirá para 32% ainda no primeiro semestre, para reduzir a dependência externa do combustível. O país buscará também a autossuficiência na produção de diesel.

A mistura atual de etanol na gasolina é de 30%. "O mundo vai sair [da guerra no Irã] com a estratégia de buscar independência. O Brasil sai na frente, porque já avançou muito nos biocombustíveis", disse ele, em evento no Rio de Janeiro.

O Brasil importa hoje cerca de 15% da gasolina que consome. Após o início do conflito, o preço inter-

nacional do produto subiu 65%, segundo estimativas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

Já houve repasse da alta na parcela importada às bombas: ainda segundo a ANP, o preço médio da gasolina nos postos brasileiros subiu 8% desde a semana anterior aos primeiros ataques de Estados Unidos e Israel ao Irã.

O ministro afirmou que os testes sobre a viabilidade da mistura de 32% de etanol na gasolina estão em fase final e que o tema será levado ao CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) ainda neste semestre.

"Hoje eu já posso adiantar que há uma grande possibilidade no primeiro

semestre de a gente avançar para o E32 [a gasolina com 32% de etanol]", disse ele, em entrevista coletiva após sua apresentação no evento.

Silveira defendeu que o Brasil invista também na produção de diesel para reduzir a dependência externa, que hoje equivale a cerca de 30% do consumo nacional. A afirmação reforça declarações recentes da presidente da Petrobras, Magda Chambriard.

"Há uma clara estratégia do presidente Lula para que a gente saia da dependência de diesel e gasolina", afirmou. Um dos passos nesse sentido seria a recompra da refinaria de Mataripe, hoje controlada pelo fundo árabe Mubadala.

Folhapress

Petroleiras obtêm liminar que suspende taxa de exportação de petróleo no Brasil

A Justiça Federal no Rio de Janeiro deferiu liminar que suspende os efeitos de imposto de exportação de petróleo para as petroleiras Shell, TotalEnergies, Equinor, Petrogal e Repsol Sinopec, que entraram com a ação judicial, conforme decisão vista pela Reuters.

A decisão, datada de terça-feira, suspende os efeitos do imposto para as companhias desde a sua criação, em 12 de março.

A taxa foi criada por medida provisória pelo governo federal como parte de um pacote de medidas que visa atenuar os impactos de uma disparada de preços internacionais de petróleo e de combustíveis para os consumidores brasileiros.

Junto com o imposto, o governo criou um programa de subvenção ao diesel e ao gás de cozinha (GLP), cujo abastecimento no Brasil depende de importações.

Na decisão, o juiz federal Humberto de Vasconcelos Sampaio afirmou que "ao prever expressamente que a receita decorrente do imposto de exportação será destinada ao atendimento

das necessidades fiscais emergenciais da União, revela de maneira inequívoca a finalidade arrecadatória da medida".

"A própria norma, ao vincular a cobrança do imposto ao financiamento de despesas estatais, afasta qualquer pretensão de enquadramento do tributo como instrumento de política cambial ou de regulação do comércio exterior."

Mais cedo nesta quarta-feira, em evento no Rio, presidentes das unidades brasileiras das petroleiras Equinor, Shell e TotalEnergies, além do presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Roberto Ardenghy, criticaram a nova taxa de importação e frisaram que tal iniciativa do governo traz riscos para investimentos.

Também presente no evento, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu o imposto.

"As petroleiras estão ganhando muito com a guerra, porque não podem pagar um pouquinho mais?", questionou o ministro, ao citar a disparada dos preços do petróleo. IstoÉDinheiro

Receita regulamenta tributação mínima de 15% para multinacionais



A implementação do imposto mínimo global de 15% para grandes grupos multinacionais no Brasil deu mais um passo para entrar em vigor.

A Receita Federal publicou a Instrução Normativa 2.319/2026, que regulamenta a declaração e o recolhimento do adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para garantir a tributação mínima e alinhar o Brasil a países desenvolvidos.

A medida integra o conjunto de regras alinhadas ao modelo internacional conhecido como Pilar 2, desenvolvido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Eco-

nômico (OCDE). Uma das bandeiras do Brasil quando o país ocupou a presidência do G20 - o grupo das 19 maiores economias do planeta, mais a União Europeia e a União Africana -, a proposta busca assegurar uma tributação mínima efetiva, além de combater práticas de evasão fiscal e planejamento tributário agressivo (planejamento para pagar menos tributos).

Pela nova norma, os valores apurados segundo as regras do Pilar 2 da OCDE, que determinam o adicional da CSLL, deverão ser informados por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb) até o sexto mês subsequente ao encer-

ramento do exercício fiscal. Para o primeiro ano de aplicação, o prazo se estende até o fim de junho de 2026.

O pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do sétimo mês após o encerramento do exercício, conforme estabelecido também por ato declaratório editado pela Receita em dezembro.

O ato instituiu o código de receita 1809 para o recolhimento do adicional da CSLL.

A regulamentação resolve uma lacuna operacional ao definir como as empresas devem reportar o tributo, incorporando o adicional da CSLL ao fluxo regular de apuração e declaração de tributos federais.

Wellton Máximo/ABR

POLÍTICA

Lula faz cobrança pública a integrantes do STF e diz que ministro não pode querer ser milionário



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou publicamente ministros do STF nesta quarta-feira (8) e disse que integrantes da corte não podem ficar milionários. A fala mostra um afastamento do tribunal, do qual o petista foi próximo ao longo do atual mandato.

A declaração do petista foi dada em um contexto de desgaste da corte causado pelo caso do Banco Master. Os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli são citados no escândalo. O chefe do governo tenta se manter afastado do caso no ano em que tentará a reeleição.

"Quando se vai para a Suprema Corte, tem que fazer

um compromisso quase religioso. Ele não está lá para ganhar dinheiro", disse o presidente da República. "Se o cara quer ficar milionário, não pode ser ministro do Supremo", afirmou Lula.

O chefe do governo também defendeu que os ministros expliquem quando são publicamente ligados a irregularidades. O petista deu as declarações em entrevista ao ICL Notícias.

"Se tem algum membro da suprema corte que cometeu um desvio, esse cidadão que pague o preço do desvio. Mas a Suprema Corte não pode pagar o preço", declarou Lula.

O chefe do governo defende que a Constituição determine as exigências de

conduta para os integrantes do Supremo, em vez de um código com regras internas. O presidente do tribunal, Edson Fachin, tem defendido a criação de um código de conduta para os ministros.

"Tem que ter na própria constituição uma definição melhor de quais as exigências que você faz para alguém ser ministro da Suprema Corte", declarou o petista. "Vai ter mandato? De quanto tempo será esse mandato?", questionou.

Atualmente não há um tempo determinado de mandato para ministros do Supremo. Uma vez no cargo, eles podem permanecer até os 75 anos, quando precisam se aposentar. Folhapress

Não há auditoria ou sindicância que indique culpa de Campos Neto no caso Master, diz Galípolo



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse nesta quarta-feira (8) à CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Crime Organizado, no Senado, que não há indicativo de que Roberto Campos Neto, seu antecessor, tenha culpa no caso do Banco Master.

Galípolo foi questionado pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE) se considera que Campos Neto foi leniente ou teve culpa no processo que resultou na liquidação do Master. Um questionamento frequente no mercado é se o processo teria demorado demais para acontecer.

"Consigno relatar aqui o que está nos autos", disse Galípolo. "Não há, em nenhum processo de auditoria ou de sindicância, nada que

Lula critica acordo de minerais críticos feito por Caiado sem respaldo da União

O presidente Lula (PT) afirmou nesta quarta-feira (8) que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), não poderia ter feito o acordo relativo a minerais críticos com os Estados Unidos. No mês passado, Caiado assinou um memorando de entendimento de cooperação sobre o tema.

"Caiado fez acordo com empresas americanas, fazendo concessão de coisas que ele não pode fazer porque é da União. Então se a gente não tomar cuidado, essa gente vai vender o Brasil e nós não podemos permitir", disse em entrevista ao ICL Notícias.

Goiás abriga a única mineradora em operação de terras raras no Brasil. Um acordo desse porte não poderá ser aplicado sem aprovação do governo federal, que já afirmou não ter sido consultado sobre a negociação entre Donald

Trump e Caiado.

No fim de março, Caiado anunciou sua pré-candidatura, após uma disputa interna no partido e decisão final do presidente da sigla, Gilberto Kassab.

Na data do anúncio, a ministra Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) declarou que a candidatura de Caiado deve ficar à margem da disputa presidencial deste ano e que as eleições devem ser polarizadas.

Segundo dados da primeira rodada da pesquisa BTG/Nexus, divulgadas em 30 de março, Lula e Flávio apareciam empatados em cenários de primeiro e segundo turnos para a eleição a presidente da República. Os pré-candidatos lideram, também, nos três cenários de primeiro turno testados pela pesquisa -com Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (PSD) e Eduardo Leite (PSD). Folhapress



encontre qualquer culpa por parte do ex-presidente Roberto Campos Neto".

O ex-presidente do BC também era esperado na CPI nesta quarta, mas sua defesa informou que ele não iria. No início de março, ele foi desobrigado de comparecer à comissão por decisão do ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Galípolo também falou à comissão sobre o encontro de Daniel Vorcaro, dono do Master, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2024.

Segundo ele, o ex-banqueiro e seu ex-sócio Augusto Lima disseram a Lula que tinham métodos inovadores e que vinham sendo perseguidos por incomodar a concorrência. Para o pre-

sidente do Banco Central, que esteve no encontro, o argumento fazia pouco sentido, já que o Master era um banco pequeno, com menos de 0,5% dos ativos do mercado.

Galípolo afirmou que aquela foi a única reunião que teve com Vorcaro no Planalto. No ano seguinte, o ex-banqueiro foi diversas vezes ao BC durante o processo de supervisão ao qual seu banco era submetido.

O encontro com Lula foi em 4 de novembro de 2024, antes de as fraudes no Banco Master serem tornadas públicas. Galípolo então era diretor de Política Monetária e assumiria, pouco mais de um mês depois, em 30 de dezembro, a presidência do BC. Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Taxas de juros despencam com cessar-fogo entre EUA e Irã, em meio a dúvidas sobre trégua



Os juros futuros negociados na B3 exibiram recuo expressivo no pregão desta quarta-feira, que alcançou 50 pontos-base no miolo da curva, na esteira do otimismo após o cessar-fogo de duas semanas confirmado na terça-feira por Estados Unidos e Irã. As taxas chegaram a reduzir o ímpeto da queda, porém, após notícias de que o país persa não considera as negociações nem o cessar-fogo viáveis nas condições atuais, e também de que o estreito de Ormuz foi novamente bloqueado.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 cedeu de 14,254% no ajuste da terça para 13,925%. O DI para janeiro de 2029 caiu a 13,345%, vindo de 13,822% no ajuste. O DI para janeiro de 2031 recuou de 13,881% a 13,485%.

O presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, divulgou comunicado no qual afirma que, na atual situação, um cessar-fogo bilateral com os EUA ou negociações são "irracionais".

Mesmo antes do início das tratativas, acusou Ghalibaf, os EUA descumpriram cláusula referente ao cessar-fogo no Líbano, assim como a proibição de qualquer violação adicional do espaço aéreo do país persa. Além disso, o presidente do Parlamento cita a negação do direito do Irã ao enriquecimento de urânio.

IstoÉDinheiro

Green Energy SPE S.A.

CNPJ/MF nº. 56.986.740/0001-01 - NIRE nº. 35.300.645.154

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/08/2025

Data, Horário e Local: Aos 15/08/2025, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, estando presentes a totalidade dos acionistas que representam o capital social da companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Edinaldo da Silva Carvalho e como Secretária: Maria Silvana da Conceição. **Deliberações Aprovadas:** (1) Ratificar Aumento do capital social da Companhia em R\$ 299.999.900,00, totalmente subscritos, devendo ser integralizado da seguinte forma: i) até 30/09/2025 o valor equivalente de R\$ 53.180.384,40 mediante a integralização de 20 ônibus tipo básico com porta a direita; ii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 79.770.576,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo básico com porta a direita; iii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 84.630.846,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo padron com porta a direita; iv) até 30/04/2026 mais o valor equivalente de R\$ 42.544.307,52 mediante a integralização de 16 ônibus tipo básico com porta a direita, totalizando até 30/04/2026 o valor aproximado de R\$ 260.126.115,12, restando o saldo de R\$ 39.873.784,88, podendo antecipar em qualquer momento as integralizações previstas. Passando dessa forma o Artigo 4º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 300.000.000,00, dividido em 300.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo R\$100,00 integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 299.999.900,00 ser integralizado da seguinte forma: i) até 30 de setembro de 2025 o valor equivalente de R\$ 53.180.384,40 mediante a integralização de 20 ônibus tipo básico com porta a direita; ii) até 31 de dezembro de 2025 mais o valor equivalente de R\$ 79.170.576,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo básico com porta a direita; iii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 84.630.846,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo padron com porta a direita; iv) até 30/04/2026 mais o valor equivalente de R\$ 42.544.307,52 mediante a integralização de 16 ônibus tipo básico com porta a direita, totalizando, até o dia 30/04/2026, o valor de R\$ 260.126.115,12, restando o saldo de R\$ 39.873.784,88, podendo antecipar em qualquer momento as integralizações aqui previstas, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 31 de julho de 2025." e (2) E ainda devido a alteração do Artigo mencionado acima, decide a acionista pela Consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme anexo I. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 15/08/2025. **Estatuto Social Green Energy SPE S.A. CNPJ/MF nº56.986.740/0001-01 - NIRE nº 35.300.645.154 - Capítulo - I - Da Denominação, Duração, Objeto e Sede - Artigo 1º -** A Companhia tem a denominação de **Green Energy SPE S.A.**, sendo uma sociedade de propósito específico constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com duração pelo mesmo prazo de vigência do Contrato Administrativo 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, conforme aditado, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650, e se regerá por este estatuto e leis aplicáveis. **Artigo 2º -** O objeto social da Companhia contempla a locação de veículos elétricos, sem condutor, destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Rua Marechal Deodoro, nº . 1.226, 6º andar, Sala 64, Centro, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09710-002. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, a todo tempo, criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos do gênero, em qualquer localidade do país ou do exterior, a cada qual sendo atribuído um capital em separado. **Capítulo - II - Capital Social e Transferência de Ações - Artigo 4º -** O capital social da Companhia é de R\$ 300.000.000,00, dividido em 300.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo R\$ 100,00 integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 299.999.900,00 a ser integralizado da seguinte forma: i) até 30 de setembro de 2025 o valor equivalente de R\$ 53.180.384,40 mediante a integralização de 20 ônibus tipo básico com porta a direita; ii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 79.770.576,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo básico com porta a direita; iii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 84.630.846,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo padron com porta a direita; iv) até 30/04/2026 mais o valor equivalente de R\$ 42.544.307,52 mediante a integralização de 16 ônibus tipo básico com porta a direita, totalizando, até o dia 30/04/2026, o valor de R\$ 260.126.115,12, restando o saldo de R\$ 39.873.784,88 podendo antecipar em qualquer momento as integralizações aqui previstas, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 31/07/2025. **Artigo 5º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 1º - As ações serão registradas no livro de Ações Nominativas da Companhia e sua transferência operar-se-á por termos lançados em livro próprio. **Artigo 6º -** No caso de qualquer acionista desejar alienar suas ações a terceiros, os demais acionistas terão preferência para adquiri-las em igualdade de condições, respeitadas as demais disposições aplicáveis por lei. **Capítulo - III - Administração - Artigo 7º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo 01 membro, acionista ou não, residente no país, eleito em Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. § 1º - O membro da Diretoria será investido em sua função mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão. § 2º - Mesmo após o término do prazo do mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. **Artigo 8º -** Compete ao Diretor gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferir para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social e pela lei. **Artigo 9º -** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique em assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia perante terceiros, ou na exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) pelo Diretor Presidente isoladamente ou (ii) por 01 procurador, com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único -** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão ser sempre assinados pelo Diretor Presidente e não poderão ter prazo superior a 01 ano, com exceção dos mandatos outorgados para fins de representação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. **Artigo 10º -** Competirá ao Diretor Presidente convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria. **Artigo 11º -** O membro da Diretoria poderá receber os honorários e participações, globais ou individuais, que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo - IV - Assembleia Geral - Artigo 12º -** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Parágrafo Único -** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará a todos os presentes para servir de secretário da mesa. **Capítulo-V - Conselho Fiscal - Artigo 13º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. § 1º - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. § 2º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 02 membros do Conselho Fiscal. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo - VI - Exercício Social - Artigo 14º -** O exercício social terá início em 1 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as formalidades exigidas pela legislação vigente. **Artigo 15º -** Feitas as necessárias anotações, do lucro líquido apurado no balanço anual deduzir-se-ão: I. 5% para a Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; II. 0,01 % do lucro ajustado, em conformidade com o disposto no artigo 202, da lei nº . 6.404/76, para distribuição, com dividendo obrigatório, aos acionistas; e III. O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. § 1º - Os dividendos não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 03 anos, reverterão em benefício da Companhia. § 2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição inferior ao obrigatório ou, ainda, a retenção de todo lucro. § 3º - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo - VII - Disposições Gerais Artigo 16º -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ ou por deliberação da Assembleia Geral. Caberá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, nomear liquidante e fixar a sua remuneração. **Artigo 17º -** Nos casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social, aplicar-se-á as disposições pertinentes da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada. São Paulo/SP, 15/08/2025. Jucesp nº 286.372/25-3 em 28/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Cia. Tamoyo de Armazéns Gerais

Santos-SP - CNPJ/MF nº 58.136.169/0001-53

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Srs. Acionistas, na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, para comparecerem na AGO que se realizará no dia **28/04/2026**, às 17 horas, na Rua Augusto Severo nº 7 - 12º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** a) Relatório da Diretoria, Contas e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras e contábeis do exercício; c) Destinação do resultado do exercício. **Aviso aos Acionistas:** Ficam os acionistas cientificados de que se encontram à disposição para consulta, na sede social, os documentos de que tratam os incisos I a V, da Lei nº 6.404/76 do artigo 133, além de já terem sido publicados anteriormente, na forma do § 5º do artigo 133 da mesma lei, tanto o balanço como as demonstrações contábeis, na edição de 31/03/2026 do jornal Data Mercantil. **Luiz Alberto Azevedo Levy** - Presidente da Diretoria. (07, 08 e 09/04/2026)

Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria

CNPJ/MF N.º 54.342.290/0001-80 - NIRE 35300065344

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Os acionistas, credores que exerceram a opção de conversão de seus créditos em participação societária, bem como os credores proponentes do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos da **Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria**, homologado nos atos da Falência nº 0000001-92.1983.8.26.0450, em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba - SP, ficam convocados para a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 e demais disposições legais aplicáveis, a ser realizada no dia 22 de abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações, e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. A Assembleia será realizada **exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Zoom**, sendo que o link de acesso será encaminhado aos participantes habilitados após a validação de sua documentação. A Assembleia terá a seguinte ordem do dia: I. Ratificação da participação dos subscritores e definição da composição acionária inicial da Companhia, com a integralização do capital social, mediante conversão de créditos habilitados no Quadro Geral de Credores da Massa Falida da Companhia Sapaco para Comércio e Indústria; II. Aprovação da subscrição do capital social da Companhia e assinatura dos Livros Societários, nos termos do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos; III. Atualização e aprovação do novo Estatuto Social da Companhia, com a adequação da razão social para constar "Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria", objeto social, capital social, regras de gestão, composição da diretoria e tudo o mais exigido pelo novo Código Civil (Lei n.º 10.406/2002) e pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976); IV. Eleição e nomeação da Diretoria da Companhia, com definição de cargos, poderes e mandato; V. Aprovação da emissão das Notas Promissórias destinadas ao pagamento dos credores que optarem pelo recebimento na modalidade prevista no Plano, bem como a realização dos registros contábeis de provisionamento dos valores correspondentes; VI. Retomada das atividades empresariais da Companhia, com a implementação do plano de gestão dos ativos imobiliários e intangíveis; VII. Aprovação do aporte de recursos pelos credores e investidores optantes para custear as despesas iniciais e desenvolver os projetos a serem empenhados pela Companhia; e VIII. Deliberação sobre outros assuntos de interesse da sociedade relacionados à execução do Plano de Realização Extraordinária e Alternativa de Ativos. Conforme determinado pela legislação em vigor e pelo Estatuto Social da empresa, os documentos pertinentes às deliberações constantes da ordem do dia estarão disponíveis para consulta junto ao Credor Proponente do Plano apresentado na falência que, após o restabelecimento da Companhia, serão entregues aos novos Diretores a serem nomeados. Poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária os credores que tenham optado pela conversão de seus créditos em participação societária, na proporção prevista no Quadro Geral de Credores e no Plano de Realização Alternativa de Ativos, os acionistas da Companhia; e os representantes legais devidamente constituídos. Para fins de habilitação e participação na Assembleia: Os participantes deverão encaminhar documento de identificação válido e, se for o caso, instrumento de representação (procuração) para o e-mail **CADASTRO@GSCBRASIL.COM.BR**; a) A documentação deverá ser enviada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da Assembleia, nos termos da regulamentação aplicável, para fins de conferência e validação; b) Após a validação da documentação, serão encaminhadas aos participantes as informações de acesso à plataforma digital (Zoom), bem como as instruções para participação na Assembleia, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de sua realização; e c) A ausência do envio da documentação no prazo estabelecido poderá impedir a participação e o exercício do direito de voto na Assembleia. Piracicaba/SP, 08 de abril de 2026. **Companhia Sapaco S/A Para Comércio e Indústria**. (08, 09 e 10.04.2026)

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares - Dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão a ser realizada em 29 de abril de 2026

Ficam convocados os Titulares dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **29 de abril de 2026, às 11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: I. A aprovação, ou não, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras"), emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada, acompanhadas do relatório da **AJCA Auditores Independentes SS**, na qualidade de auditor independente, elaboradas conforme a Resolução CVM 60, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e demais normas contábeis, legais e regulatórias aplicáveis. A matéria acima indicada deverá ser considerada pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de dela, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma **Microsoft Teams** e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para **juridico@bsicapital.com.br**, **servicos.estruturados@terainvestimentos.com.br**, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **Participante pessoa física:** Cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) **Demais participantes:** Cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (como ata de eleição da diretoria) e cópia do documento de identidade do representante legal. Caso este seja representado por procurador, deverá ser enviada também a procuração com firma reconhecida ou assinada eletronicamente com certificado digital, contendo poderes específicos para representação na Assembleia, emitida há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 08 de abril de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (08, 09 e 10/04/2026)

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Extravio - Livros Societários

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-905, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE número 35.300.457.161, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 17.863.504/0001-38, neste ato, representada por seu diretor, comunica a quem possa interessar e para todos os fins de direito, a perda dos seguintes livros societários da Companhia: (I) Livro de Registro de Ações Nominativas, nº de Ordem 01, registrado e autenticado perante a JUCESP, em 04 de outubro de 2019, sob o nº 361989, fato este, constatado na data de 17 de março de 2026, de forma que a Companhia não possui referidos Livros Societários em seus arquivos.

comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br



Linha Universidade Investimentos S.A.

CNPJ nº 35.310.646/0001-50

Relatório da Administração

Contexto Operacional: A Administração buscando dar transparência às informações apresentadas aos leitores das demonstrações financeiras em 31/12/2025, sobre as principais ações no contexto das atividades da Companhia. A Linha Universidade Investimentos S.A. ("LUI"; "Companhia"; "Linha Investimentos"), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de S.A. companhia de capital fechado, possui sua sede na cidade de São Paulo, localizada no bairro do Itaim Bibi, sita a Rua das Olimpíadas, nº 134, Vila Olímpia - condomínio Alpha Tower. O edital inicial do projeto Metro Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo, exige que as empresas ganhadoras da licitação e/ou compra das operações de cessão para transferência para concessão, apresente os pré-requisitos de qualificação técnica específicas para a construção e as obras, administração e operação dos sistemas do metrô. Em conjunto com o objetivo de assumir o projeto as empresas Acciona Construcción S.A. de origem espanhola atuante em diversas áreas de construção civil, energia, concessões e a empresa

Transdev Brazil Investments origem francesa, operadora internacional do sistema do Metrô, constituíram a Linha Universidade Investimentos S.A. "Companhia" "LUI", e atendem aos pré-requisitos de qualificação técnica e de conhecimento para todas as etapas do projeto: **Fase I** - Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação da LINHA 6; **Fase II** - Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da LINHA 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia - São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda. **Fase III** - Expan-

são dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do PODER CONCEDENTE, no trecho compreendido entre Brasilândia - Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A obra destinada a cidade de São Paulo da Linha 6 - Laranja de metrô, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, incluindo Pátio Morro Grande. A "LUI" criada pelas empresas Acciona Concesiones, S.L. e a Transdev Brazil Investments, em conjunto possui investimento em participação acionária que representa 5% da totalidade do capital social da empresa Concessionária Linha

Universidade S.A. "CLU", responsável pela compra da cessão de direitos e obrigações das operações da concessão criada com propósito específico de explorar as atividades da Linha-6 - Laranja do metrô de São Paulo, sucedendo a antiga concessionária "Move São Paulo", no projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A companhia realizou assembleia geral extraordinária - AGE - conforme registro em ata datada de 23/02/2024, durante assembleia foi aprovada alteração do capital social subscrito da companhia, que foi elevando do valor de R\$ 26 milhões para o novo valor de R\$ 159 milhões pela emissão de 4 ações preferenciais nominativas no valor de R\$ 33,2 milhões cada e no valor total de R\$ 133 milhões. Os sócios durante o ano efetuaram novas integrações de capital no valor de R\$ 65 milhões. A LUI investidora, durante o ano de 2025 efetuou novas integrações de capital social em sua investida "CLU", no valor total acumulado de R\$ 65 milhões de reais em 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais R\$)

| Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais) | | | |
|--|------|--------------------|--------------------|
| Ativo | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 214.997 | 85.911 |
| Outros valores e receber | | 19 | 19 |
| | | 215.016 | 85.930 |
| Não circulante | | | |
| Investimentos | 6 | 193.245.350 | 112.884.491 |
| | | 193.245.350 | 112.884.491 |
| Total do ativo | | 193.460.366 | 112.970.421 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em Reais R\$)

1. Contexto Operacional: A empresa Linha Universidade Investimentos S.A. ("Linha Participações", "Companhia" ou "LUI"), nos termos do estatuto social foi constituída em 22/10/2019, com o seu objeto social exclusivo a participação como acionista na Concessionária Linha Universidade, S.A. concessionária do metrô de São Paulo - Linha- 6 - Laranja que assumiu as responsabilidades pela cessão do contrato de concessão nº 15/2013 firmado perante a Secretária de Transportes Metropolitanos (STM) o poder concedente, aquisição da operação e realizando a transferência do contrato de concessão. Abaixo foi apresentado o descritivo da participação da Companhia "LUI" como holding de investimento, que tem como beneficiários finais as empresas do grupo Acciona e Transdev Brazil Investments, A participação das empresas Acciona Concesiones (80%) e Transdev Brazil Investments (20%), constitui a "LUI" - Linha Universidade Investimentos S.A. que participa com 5% do capital social da "CLU" - Concessionária Linha Universidade S.A. A "LUI" foi criada exclusivamente para participar como Holding e para atender a prerrogativas técnicas e demais demandas do edital de concessão, seu objetivo primordial é explorar como acionista, os benefícios econômicos da concessão detida pela sua investida. O acordo de acionistas da investida, a "LUI" compõe um bloco de participação que possui influência significativa na "CLU", mas não detém o controle. Esta influência se dá da seguinte forma: a- Representação no conselho de administração ou na diretoria da investida; b- Intercâmbio de diretores ou gerentes; c- Fornecimento de informações técnicas essenciais;

Participação como investidora - Participação direta (%) - 2025 e 2024

Concessionária Linha Universidade S.A. 5%

2. Resumo das políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas o que correspondem às utilizadas na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. A Diretoria da companhia autorizou em 31/03/2026 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2025. **2.2 Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase do projeto, e com a autorização do Poder Concedente foram iniciados os estudos adicionais de fase III. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, as demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - centavos omitidos exceto quando indicado de outra forma. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não houve estimativas ou premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos. **3.2 Gestão de riscos financeiros: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas. **Risco cambial:** A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais. Atualmente a empresa não está exposta ao risco cambial. **Risco de taxa de juros e atualização monetária:** O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existe atualmente o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros. **Análise de sensibilidade:** O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração e de melhora na variável de risco 10% e (10%), respectivamente (cenários II e III): Análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Ativo financeiro 31/12/2025 Indicador Provável 10% (10%)

| Circulante | | | | |
|------------------------------|---------|-----|---------|---------|
| Caixa e equivalente de caixa | 214.997 | CDI | 240.775 | 264.853 |
| | | | 216.698 | |

Referências - Provável 10% (10%)

| Taxas - CDI (%) | 14,33% | 15,76% | 12,90% |
|-----------------|--------|--------|--------|
|-----------------|--------|--------|--------|

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de crédito:** O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita: **Crédito**

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais) | | | | |
|---|--------------------|----------------------|-------------------------------|-------------------|
| Capital social | Reserva de Capital | Reserva de Lucros | Lucros/(Prejuízos Acumulados) | Total |
| | | | | |
| Em 31 dezembro de 2023 | | | | |
| Aumento capital social | 26.597.655 | (149.315) | 709.680 | - |
| Aporte de capital | 133.026.097 | (133.026.097) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 19.192.022 |
| Constituição de reservas | - | - | 1.275.872 | - |
| Proposta de dividendos | - | - | 17.862.201 | - |
| Em 31/12/2024 | 159.623.752 | (113.983.390) | 1.985.552 | - |
| Aporte de capital | - | - | - | 34.069.558 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 16.203.943 |
| Cancelamento de dividendos propostos em 2024 | - | - | - | 8.259.680 |
| Distribuição 2025 | 1.000 | 17.459.736 | 810.197 | 40.231.006 |
| Em 31/12/2025 | 159.624.752 | (113.222.423) | 2.795.749 | 40.231.006 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais)

| Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais) | | | |
|---|------|-------------------|-------------------|
| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Despesas operacionais | | | |
| Serviços contratados | | (91.271) | (98.323) |
| Tributárias | | - | (72.983) |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | (91.271) | (171.306) |
| Despesas financeiras | 11 | (1.475) | (4.892) |
| Resultado financeiro líquido | | (1.475) | (4.892) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | 16.296.689 | 25.693.629 |
| Lucro antes das provisões tributárias | | 16.203.943 | 25.517.431 |
| Impostos sobre lucro | | | |
| IRPJ e CSLL | | - | - |
| Lucro líquido do exercício | | 16.203.943 | 25.517.431 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais)

| Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais) | | | |
|--|------|-------------------|-------------------|
| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Lucro líquido do exercício | | 16.203.943 | 25.517.431 |
| Total dos resultados abrangentes | | 16.203.943 | 25.517.431 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais) | | | |
|--|------|-------------------|-------------------|
| | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Despesas operacionais | | | |
| Serviços contratados | | (91.271) | (98.323) |
| Tributárias | | - | (72.983) |
| Prejuízo operacional antes do resultado financeiro | | (91.271) | (171.306) |
| Despesas financeiras | 11 | (1.475) | (4.892) |
| Resultado financeiro líquido | | (1.475) | (4.892) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | 16.296.689 | 25.693.629 |
| Lucro antes das provisões tributárias | | 16.203.943 | 25.517.431 |
| Impostos sobre lucro | | | |
| IRPJ e CSLL | | - | - |
| Lucro líquido do exercício | | 16.203.943 | 25.517.431 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais)

| Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 (Em Reais) | | | |
|---|---------------------|---------------------|--|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 16.203.943 | 25.517.431 | |
| Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Método de equivalência patrimonial - MEP | (16.296.689) | (25.693.629) | |
| (Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos | (92.746) | (176.198) | |
| Outros ativos - terceiros | (1.006) | (1.462) | |
| Fornecedores - terceiros | 1.280 | 26 | |
| Obrigações fiscais e tributárias | - | 1.280 | |
| Compromisso de subscrição | - | (724.950) | |
| Caixa líquido gerado pelas / (utilizado) nas atividades operacionais | (92.472) | (902.585) | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Investimento - concessionária linha universidade - clu | (65.266.084) | (18.247.608) | |
| Caixa líquido gerado pelas / (utilizado) nas atividades de investimentos | (65.266.084) | (18.247.608) | |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Aporte de capital - integralização acionistas | 65.301.231 | 19.192.022 | |
| Constituição de reserva de capital | 8.228.437 | - | |
| Reversão dividendos | (8.259.680) | - | |
| Recebimento do principal do mútuo | 217.654 | 3.581 | |
| Caixa líquido gerado pelas / (utilizado) nas atividades de financiamentos | 65.487.642 | 19.195.603 | |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 129.086 | 45.410 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| No início do exercício | 85.911 | 40.501 | |
| No fim do exercício | 214.997 | 85.911 | |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 129.086 | 45.410 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Classes. 4.3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. • CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01/01/2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um lucro operacional recém- definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas pelo MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". • Outras normas contábeis Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48). **5. Caixa e equivalente de caixa:**

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------|------------|------------|
| Bancos | 214.997 | 85.911 |

O saldo de caixa e equivalentes de caixa representa saldos disponíveis em conta corrente sem risco de mudança significativa de valor. **6. Investimentos na Concessionária Linha Universidade S.A.:** O valor registrado na conta de investimento refere-se à participação como investidora na companhia representativa da compra do percentual de 5% do capital social da concessionária, por isso a "LUI" registra os efeitos dos resultados da investida aplicando o método da equivalência patrimonial - MEP.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| Concessionária Linha Universidade S.A | 193.245.350 | 112.884.491 |

Receita de Equivalência Patrimonial - MEP

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------|-------------------|-------------------|
| - MEP | 16.296.689 | 25.693.629 |
| | 16.296.689 | 25.693.629 |

Na Linha Universidade Investimentos S.A., a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2023 | 31/12/2024 |
|--|--------------------|------------|
| Saldos em 31/12/2023 | 68.943.254 | |
| Aportes de capital social na CLU | 18.247.608 | |
| MEP - Método de equivalência patrimonial | 25.693.629 | |
| Saldos em 31/12/2024 | 112.884.491 | |
| Aportes de capital social na CLU | 65.266.084 | |
| Compromisso de Subscrição | (1.201.914) | |
| MEP - Método de equivalência patrimonial | 16.296.689 | |
| Saldos em 31/12/2025 | 193.245.350 | |

Em 31/12/2024 e de 2023, as principais informações sobre a Concessionária Linha Universidade S.A. (CLU) estão informadas a seguir:

continua

PUBLICIDADE LEGAL

| Resumo de informações financeiras | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31/12/2025 e 2024 na companhia decorrem de transações que são efetuados em condições usuais de mercado. (i) Os valores registrados na conta de passivo referem-se ao capital a integralizar na Concessionária Linha Universidade. A Linha Universidade Investimento fica com um valor de capital a integralizar na Concessionária Linha Universidade S.A. mantendo sua participação de 5%, durante o ano de 2025 houve os aportes que totalizaram o valor de R\$ 65 milhões de reais, reduzindo o valor registrado como passivo que era de R\$ 23.009.970 e passou para R\$ 21.858.055. 9. Patrimônio líquido: A companhia foi constituída em 25/10/2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 100 representado por 100 ações de valor nominal com o capital totalmente integralizado e o objeto social Holding de instituições não financeiras, e posteriormente em 12/01/2022 teve sua razão social alterada para Linha Universidade Investimentos S.A. Durante assembleia realizada em 2024 foi aprovada alteração do capital social subscrito da companhia, que foi elevando do valor de R\$ 26 milhões para o novo valor de R\$ 159 milhões pela emissão de 4 ações preferenciais nominativas no valor de R\$ 133 milhões. a) O quadro abaixo ilustra a distribuição do capital subscrito e integralizado pelos sócios da companhia no período findo em 31/12/2025 das ações ordinárias: | |
|--|----------|---|--------------------|---|--|
| Capital Social | | 2.647.884.994 | 1.365.601.592 | | |
| Total da Receita Líquida | | 5.139.560.142 | 4.501.318.253 | | |
| Total dos Ativos | | 13.394.176.886 | 10.261.084.994 | | |
| Resultado do Exercício | | 325.933.786 | 516.142.401 | | |
| Patrimônio Líquido | | 3.864.907.005 | 2.257.689.816 | | |
| 7. Obrigações fiscais e tributárias: A companhia apresenta saldo de tributos referente a Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF. | | | | | |
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | |
| Obrigações fiscais | | 1.991 | 712 | | |
| 8. Partes relacionadas: A "LUI" faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando nas áreas (construção, água, indústria e serviços) e energias renováveis formado por várias empresas e considerada entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid. | | | | | |
| | | Ativo | Passivo | | |
| | | Valores a receber | AFAC | Compromisso de subscrição | |
| 31/12/2025 | | | | | |
| Transdev Brazil Investments | 3 | - | - | | |
| Concessionária Linha Universidade, S.A. (i) | - | - | 21.808.055 | | |
| Acciona Concesiones S.L. (ii) | - | 221.235 | - | | |
| Total | 3 | 221.235 | 21.808.055 | | |
| | | Ativo | Passivo | | |
| | | Valores a receber | Compromisso | Titular das Subscrições / Ações | |
| | | outros ativos | de subscrição | Ordinárias | |
| 31/12/2024 | | | | Ordinárias | |
| Transdev Brazil Investments | 2 | - | - | 80 | |
| Concessionária Linha Universidade, S.A. (i) | - | - | 23.009.970 | 25 | |
| Total | 2 | - | 23.009.970 | 105 | |
| b) O quadro abaixo ilustra a distribuição do capital subscrito pelos sócios das ações preferenciais vide (nota 9): | | | | | |
| | | Consolidado | | | |
| | | Qtde de ações | RS - Ações | | |
| | | subscritas | integralizadas | | |
| | | 105 | 105 | | |
| | | 20 | 128.402.224 | | |
| | | 125 | 128.402.329 | | |
| Ações Ordinárias - ON | | | | | |
| Ações Preferenciais - Classe A | | | | | |
| Total | | | | | |
| b) Destinação do resultado: existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, antes dessa destinação serão deduzidos: i. 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; ii. importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As ações preferenciais classe A tem as seguintes características: i. São nominativas e sem valor nominal. ii. Terão direito ao 99,99% dos dividendos declarados e distribuídos pela companhia. iii. Em caso de liquidação da | | | | | |
| | | Companhia, terão prioridade em relação as ações ordinárias ou outras espécies ou classes de ações existentes ou que venham a existir no futuro. iv. Terão direito ao voto. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela assembleia geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria. 10. Despesas operacionais: Foram registrados os valores de despesas necessárias para as atividades administrativas da companhia referentes aos serviços contratados, tributos e outros. | | | |
| | | | | 31/12/2025 31/12/2024 | |
| | | Serviços contratados - auditoria | | (68.125) (58.132) | |
| | | Serviços contratados assessorias e informática | | (22.920) (22.772) | |
| | | Serviços contratados advogados | | - (17.203) | |
| | | Outros | | (226) (216) | |
| | | Total - serviços contratados | | (91.271) (98.324) | |
| | | Tributárias | | - (72.983) | |
| | | Total - despesas tributárias | | - (72.983) | |
| | | Total - despesas operacionais | | (91.271) (171.306) | |
| 11. Resultado financeiro líquido: | | | | | |
| | | | | 31/12/2025 31/12/2024 | |
| | | Tarifas bancárias e outros juros passivos | | 1.475 4.892 | |
| | | Total de despesas financeiras | | 1.475 4.892 | |
| | | Resultado Financeiro | | 1.475 4.892 | |
| 12. Eventos subsequentes: A LUI durante do ano de 2026 recebeu novas integralização de capital e efetuou novos investimentos na CLU que somados totalizam R\$ 47 milhões de reais entre os meses de fevereiro e março de 2026. | | | | | |
| Juan Antonio Santos de Paz - Administrador | | Fernando Minguez Llorente - Administrador | | Rogerio Rodrigues Ferreira - Contador - CRCSP-15P242561/0-6 | |

Aos Administradores e Acionistas da Linha Universidade Investimentos S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Universidade Investimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linha Universidade Investimentos S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela**

auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31/03/2026

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/0-6

Fernando Luis Roscini
Contador - CRC 15P319013/0-5

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) -

0,5471

Dólar (EUA) - 5,0899

Franco (Suíça) -

6,4445

Iene (Japão) - 0,03214

Libra (Inglaterra) -

6,8408

Peso (Argentina) -

0,003664

Peso (Chile) -

0,005675

Peso (México) -

0,2923

Peso (Uruguai) -

0,1255

Yuan (China) - 0,7454

Rublo (Rússia) -

0,0648

Euro (Unidade

Monetária Europeia)

- 5,9486

Alfalog Armazéns Gerais S.A.

CNPJ/MF nº 10.914.122/0005-70 - NIRE 35.907.316.874

Memorial Descritivo - Armazém Geral

Alfalog Armazéns Gerais S.A., com sua Filial estabelecida na cidade de Itupeva/SP, na Estrada Municipal Benedito de Souza, nº 10950, Setor Alfalog Módulo B14, Bairro Prata, CEP: 13299-700 inscrita no CNPJ/MF 10.914.122/0005-70, NIRE 35907316874, com capital social destacado na matriz R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem capital destacado para filial, vem através do presente descrever as condições de seu Armazém: **Filial:** Situada na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo, na Estrada Municipal Benedito de Souza, nº 10.950, Setor Alfalog Módulo B14, Bairro Prata, CEP 13299-700. **Armazém:** Trata-se de armazém de pequeno porte, com área total de armazenagem interna de 5.637,21 m² (cinco mil, seiscentos e trinta e sete virgula vinte e um metros quadrados), pé-direito de 14,28 metros e 06 (seis) docas para carga e descarga. **Características:** **Paredes:** Em alvenaria convencional, com tijolos, acabamento em reboco e pintura em látex. **Portas:** Estrutura metálica com fechamento manual. **Piso:** Concreto rústico na área interna e concreto polido na área externa. **Cobertura:** Telha ondulada 40/980, espessura de 0,65 mm, em galvanume, com face externa em primer e face interna na cor branca RAL 9003. **Iluminação:** • Artificial: Lâmpadas de LED; • Natural: Esquadrias de ferro com vidros leitosos e elementos translúcidos na cobertura. **Infraestrutura:** Fundação: Alicerces e baldramas compactados no local. **Superestrutura:** Estrutura composta por vigas e colunas de concreto. **Segurança:** Sistema de prevenção e combate a incêndio composto por extintores e sprinklers (chuveiros automáticos), além de guarita com segurança 24 horas. **Equipamentos:** 01 (uma) empilhadeira Toyota Industries Corporation, ano 2006, modelo retrátil, movida a GLP, capacidade de 2.500 kg e altura de elevação de garfo de 11.600 mm. **Mercadorias que se Propõe a Armazenar:** Produtos de uso e bens de consumo em geral. **Comodidades:** O armazém atende plenamente às necessidades de armazenagem, carga e descarga, encontrando-se em adequadas condições de operação, trabalho e higiene. Dispõe de área administrativa composta por: • Escritório operacional e administrativo; • Sala de reunião; • Banheiros com vestiários masculino e feminino. **Operações e Serviços:** As operações e serviços serão desenvolvidos para a guarda e conservação de mercadorias de terceiros depositadas na requerente, nos termos do Decreto Federal nº 1.102 de 21/11/1903. Vinhedo, 17 de janeiro de 2025. **André Tilkian** - Diretor Presidente.

Regulamento Interno

A sociedade empresária **Alfalog Armazéns Gerais S.A.**, inscrita no CNPJ sob CNPJ/MF 10.914.122/0005-70, NIRE 35907316874, situada na cidade de Itupeva/SP, na Estrada Municipal Benedito de Souza, nº 10950, Setor Alfalog Módulo B14, Bairro Prata, CEP: 13299-700, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Sr. André Tilkian, brasileiro, Administrador de empresas, casado sob regime de comunhão parcial de bens, RG 29.893.443-7 SSP/SP e CPF 302.753.928-05, residente e domiciliado na Cidade de Campinas/SP, na Rua Moacyr Dallesio Grassi, nº 240, Alphaville Dom Pedro 2, CEP: 13097-243, ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias de terceiros da seguinte forma: **Art. 1.** Serão recebidas em depósito mercadorias diversas, nacionais e estrangeiras já nacionalizadas, que não possuem natureza agropecuária e produtos perigosos. Parágrafo único: Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários às disposições legais. **Artigo II.** A juízo da direção, as mercadorias serão recusadas nos seguintes casos: I - não houver espaço suficiente para sua armazenagem; e II - Se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas. **Artigo III.** A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior. **Artigo IV.** Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou de seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá o documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo V.** As indenizações a quem couber de direito prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ser entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado. **Artigo VI.** O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto Federal nº 1.102/1903. **Condições Gerais:** Os seguros, emissões de Warrants, serão regidos pelas disposições do Decreto 1.102/1903. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns, e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. Vinhedo/SP, 17 de janeiro de 2026. **André Tilkian** - Diretor Presidente.

Tarifa Remuneratória

A sociedade empresária **Alfalog Armazéns Gerais S.A.**, inscrita no CNPJ sob CNPJ/MF 10.914.122/0005-70, NIRE 35907316874, situada na cidade de Itupeva/SP, na Estrada Municipal Benedito de Souza, nº 10950, Setor Alfalog Módulo B14, Bairro Prata, CEP: 13299-700, vem através da presente expor sua Tarifa Remuneratória: **1. Da Armazenagem:** M² R\$ 15,00; Preço mínimo p/ período R\$ 500,00; **2. Seguro:** Ad-Valorem: 00,5% sobre o valor da N.F.; **3. Emissão de Warrant, Conhecimento de Depósito:** Por título R\$ 36,00; **4. Mão de obra:** Limpeza, movimentação interna, carga/descarga, mudança interna R\$ 16,25 Por Hora; **5. Horário de Funcionamento:** De segunda a sexta-feira: 24:00h. **6. Condições gerais:** Os serviços executados fora do horário comercial do município também aos sábados, domingos e feriados serão acrescidos em 100% do valor da tarifa. Vinhedo/SP, 17 de janeiro de 2026. **André Tilkian** - Diretor Presidente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 97.439/26-5 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09 - NIRE 35.300.453.824 - Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de Março de 2026

Data, Horário e Local: No dia 26/03/2026, às 10 hs, na forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do estatuto social da Pet Center Comércio e Participações S.A. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia em face da presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Sergio Zimmerman - Presidente; Paulo Nassar - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** (i) tomaram ciência sobre o reporte trimestral das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia no quarto trimestre de 2025; e (ii) por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, os quais foram compartilhados para a análise do Comitê de Auditoria da Companhia em reunião realizada em 24/03/2026, tendo os membros do referido Comitê apresentado manifestação e parecer favoráveis, respectivamente. **Assinaturas Eletrônicas:** Os presentes reconhecem como válidas e com plena eficácia as assinaturas eletrônicas/digitais, na forma permitida pelo artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/01, com teor, valor e efeitos equivalentes àquelas efetuados presencialmente ou mediante aposição de assinatura autografa. **Encerramento:** Nada mais. Jucesp nº 171.235/26-5 em 07/04/2026. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

UFV NOVA GRANADA GD LTDA

CNPJ/MF nº 54.152.154/0001-28 - NIRE 35.263.316.202

Ata de Reunião de Sócios

Data, Horário e Local: 06/04/2026, às 10 horas, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Convocação e Publicação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente - Tony Chi Yuan Wang, Secretária - Camila Sverzuti Fidencio. **Ordem do Dia e Deliberações:** Aprovar, nos termos do art. 1.082, inciso II do Código Civil, a redução do capital social da Sociedade, atualmente no valor de R\$ 26.262.883,13, para R\$23.262.883,13, mediante a restituição, em favor do único Sócio da Sociedade, de R\$3.000.000,00, referente às quotas que compõem a redução do capital social ora aprovada, após satisfeitas as condições de que trata o artigo 1.084 do Código Civil, com o consequente cancelamento de 300.000.000 (trezentas milhões) de quotas. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 06 de abril de 2026. Mesa: Presidente - Tony Chi Yuan Wang, Secretária, Camila Sverzuti Fidencio. Sócia: INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 17 de abril de 2026, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) deliberar sobre a reeleição de membros da Diretoria da Companhia; e (iv) deliberar sobre a antecipação da reeleição de membro da Diretoria e a unificação do prazo de mandato dos diretores da Companhia. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. São Paulo, 08 de abril de 2026. Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. (09, 10 e 11.04.2026)

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS COM TRANSPARENCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

LOG20 Logística S.A.

CNPJ/MF nº 13.631.347/0005-08 - Avenida Presidente Wilson nº 274, Bairro Moóca - São Paulo/SP - CEP 03.107-000

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL INICIADO EM 01/01/2025 E FIM DO EM 31/12/2025 (Valores expressos em Reais)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | 2025 | | 2024 | | DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
|--|--|------------------------|--|------------------------|--|--|---------------------|-------------------|----------------------|--|
| Ativo | | | | | | Capital social | Reservas | Lucros acumulados | Total | |
| Ativo | | 344.442.668,74 | | 277.688.735,41 | | 80.653.781,00 | 4.905.180,34 | 743.690,29 | 86.302.651,63 | |
| Ativo circulante | | 153.777.300,09 | | 123.458.255,64 | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 30.358.128,95 | | 15.997.166,41 | | | 672.961,28 | | 672.961,28 | |
| Caixa | | 76.275,65 | | 87.585,65 | | | | | | |
| Bancos conta movimento | | 30.281.853,30 | | 15.909.580,76 | | | | | | |
| Valores a receber | | 98.420.965,25 | | 90.364.714,10 | | | | (743.690,29) | (743.690,29) | |
| Clientes | | 98.420.965,25 | | 90.364.714,10 | | | | (7.082.957,82) | (7.082.957,82) | |
| Outros créditos | | 24.243.651,59 | | 15.957.164,26 | | | | 19.869.222,15 | 19.869.222,15 | |
| Adiantamentos | | 4.761.038,07 | | 2.688.088,18 | | | | | | |
| Tributos a recuperar | | 18.482.613,52 | | 12.269.076,08 | | | | | | |
| Empréstimos a receber | | 1.000.000,00 | | 1.000.000,00 | | | | | | |
| Apropriações | | 553.611,81 | | 612.641,85 | | | 1.736.365,80 | | 1.736.365,80 | |
| Estoques | | 200.942,49 | | 526.569,02 | | | | | | |
| Ativo não circulante | | 190.665.368,65 | | 154.230.479,77 | | | | | | |
| Ativo realizável a longo prazo | | 10.507.905,82 | | 8.188.637,69 | | | | | | |
| Depósitos judiciais | | 3.274.083,71 | | 4.196.690,09 | | | | | | |
| ICMS a recuperar | | 5.501.126,98 | | 3.991.947,60 | | | | | | |
| Tributos diferidos | | 1.732.695,13 | | | | | | | | |
| Investimentos | | 957.144,76 | | 883.643,43 | | | | | | |
| Participações societárias | | 957.144,76 | | 883.643,43 | | | | | | |
| Imobilizado | | 179.200.318,07 | | 145.158.198,65 | | | | | | |
| Bens e direitos para uso | | 242.796.972,71 | | 207.572.368,42 | | | | | | |
| Veículos | | 235.088.424,08 | | 200.981.107,87 | | | | | | |
| Equipamentos de oficina | | 1.884.448,27 | | 1.940.094,12 | | | | | | |
| Equipamentos de informática | | 940.838,55 | | 791.951,85 | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | 870.539,79 | | 834.873,80 | | | | | | |
| Maquinarias e equipamentos | | 49.467,63 | | 47.357,39 | | | | | | |
| Empilhadeiras | | 3.946.354,39 | | 2.960.083,39 | | | | | | |
| Beneficiárias em imóveis de terceiros | | 16.900,00 | | 16.900,00 | | | | | | |
| (-) Depreciação bens e direitos para uso | | (63.596.654,64) | | (62.414.169,77) | | | | | | |
| (-) Depreciação veículos | | (60.599.728,76) | | (60.232.224,47) | | | | | | |
| (-) Equipamentos de oficina | | (1.155.745,93) | | (884.287,38) | | | | | | |
| (-) Depreciação equipamentos de informática | | (564.154,53) | | (460.676,02) | | | | | | |
| (-) Depreciação móveis e utensílios | | (562.375,30) | | (432.243,84) | | | | | | |
| (-) Depreciação maquinarias e equipamentos | | (31.393,41) | | (26.911,89) | | | | | | |
| (-) Depreciação empilhadeiras | | (671.742,01) | | (368.000,35) | | | | | | |
| (-) Depreciação em beneficiárias em imóveis de terceiros | | (11.514,70) | | (9.825,82) | | | | | | |
| Passivo | | 344.442.668,74 | | 277.688.735,41 | | | | | | |
| Passivo circulante | | 97.974.683,63 | | 85.876.650,09 | | | | | | |
| Financiamentos | | 52.330.416,89 | | 42.959.000,21 | | | | | | |
| Consórcios | | | | 19.483,13 | | | | | | |
| Fornecedores | | 16.666.673,60 | | 13.374.653,86 | | | | | | |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | | 18.539.428,09 | | 17.316.122,59 | | | | | | |
| Obrigações tributárias | | 3.940.521,88 | | 6.479.864,15 | | | | | | |
| Outras obrigações a pagar | | 4.493.943,18 | | 2.892.008,78 | | | | | | |
| Obrigações tributárias a curto prazo | | 2.003.699,99 | | 2.835.517,37 | | | | | | |
| Passivo não circulante | | 144.071.472,06 | | 92.793.898,37 | | | | | | |
| Financiamentos a longo prazo | | 77.835.466,73 | | 67.468.944,70 | | | | | | |
| Outras provisões | | 4.044.203,17 | | 5.607.628,92 | | | | | | |
| Provisões contingência | | 3.942.001,07 | | 2.166.807,26 | | | | | | |
| Provisão de juros sobre capital próprio | | 22.150.517,49 | | 17.550.517,49 | | | | | | |
| Lucros a distribuir | | 36.099.283,60 | | | | | | | | |
| Patrimônio líquido | | 102.396.513,05 | | 99.018.186,95 | | | | | | |
| Capital social | | 80.653.781,00 | | 80.653.781,00 | | | | | | |
| Capital social | | 80.653.781,00 | | 80.653.781,00 | | | | | | |
| Capital social subscrito | | 80.653.781,00 | | 80.653.781,00 | | | | | | |
| (-) Capital social a integralizar | | | | | | | | | | |
| Reservas | | 7.314.507,42 | | 5.578.141,62 | | | | | | |
| Reserva legal | | 7.314.507,42 | | 5.578.141,62 | | | | | | |
| Reserva de subvenção para investimento | | (5.096.162,16) | | | | | | | | |
| Reserva de subvenção para governamental | | 5.096.162,16 | | | | | | | | |
| Reserva de lucro para aumento de capital | | | | | | | | | | |
| Lucros ou prejuízos acumulados | | 14.428.224,63 | | 12.786.264,33 | | | | | | |
| Lucros acumulado | | | | | | | | | | |
| Ajuste de exercícios anteriores | | 14.233.107,81 | | (7.082.957,82) | | | | | | |
| Lucro do exercício | | 195.116,82 | | 19.869.222,15 | | | | | | |
| Prejuízo do exercício | | | | | | | | | | |
| <i>Reconhecemos a exatidão do presente balanço do exercício de 2025, finalizando um passivo de R\$344.442.668,74 (trezentos e quarenta e quatro milhões quatrocentos e quarenta e dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro).</i> | | | | | | | | | | |
| NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL INICIADO EM 01/01/2025 E FIM DO EM 31/12/2025 | | | | | | | | | | |
| 1. Contexto Operacional: LOG20 Logística S.A., é uma Sociedade Anônima com capital Fechado, cadastrada no CNPJ 13.631.347/0005-08 e tem como principais atividades os seguintes ramos de atuação: Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. Carga e descarga, Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo, Organização logística do transporte de carga, Locação de automóveis sem condutor, Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor, Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador, Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, Transporte rodoviário de produtos perigosos. 2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas: Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, esta entidade observa aspectos societários da Lei 6.404/76 em conjunto com os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). | | | | | | | | | | |
| Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/2025 | | | | | | | | | | |
| Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração da LOG20 é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da LOG20 continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como | | | | | | | | | | |
| obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Chapeco, SC 25 de março de 2026. Linear Auditores Independentes S/S - CRSC 4159/0-6; João Carlos Subacz , Contador - CRSC 18.585/0-2. | | | | | | | | | | |
| Odacir Roman - CEO Diretor Presidente Marcos Adao Krahl - Contador - CRC nº 15C-014437/0-1 | | | | | | | | | | |



PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR

compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,0893 / R\$ 5,0899 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,1005 / R\$ 5,1025 *
 Turismo - R\$ 5,1141 / R\$ 5,2941
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
 Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,00%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
 Variação: +2,09%
 Pontos: 192.201
 Volume financeiro: R\$ 42,567 bilhões

Maiores altas: Hapvida ON (+9,06%), Vamos ON (+7,91%), Direcional ON (+7,88%)

Maiores baixas:

Petróleo ON (-5,49%),
 Petrobras ON (-4,42%),
 Petrobras PN (-3,92%)
 S&P 500 (Nova York): 2,51%
 Dow Jones (Nova York): 2,85%
 Nasdaq (Nova York): 2,8%
 CAC 40 (Paris): 4,49%
 Dax 30 (Frankfurt): 5,06%
 Financial 100 (Londres): 2,51%
 Nikkei 225 (Tóquio): 5,39%
 Hang Seng (Hong Kong): 3,09%
 Shanghai Composite (Xangai): 2,69%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 3,49%
 Merval (Buenos Aires): 1,3%
 IPC (México): 2,47%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
 Fevereiro 2025: 1,31%
 Março 2025: 0,56%
 Abril 2025: 0,43%
 Maio 2025: 0,26%
 Junho 2025: 0,24%
 Julho 2025: 0,26%
 Agosto 2025: -0,11%
 Setembro 2025: 0,48%
 Outubro 2025: 0,09%
 Novembro 2025: 0,18%
 Dezembro 2025: 0,33%
 Janeiro 2026: 0,33%
 Fevereiro 2026: 0,70%

| Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 - Em Milhares Reais | | | | Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais) | | | | | | |
|--|-------|----------------|----------------|---|----------------|---------------|---------------------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
| | Notas | 2025 | 2024 | | Capital Social | Reserva Legas | Retenção de Lucros - Artigo 196 | Reserva de Lucros a realizar | Lucros Acumulados | Lucros Total |
| Ativos | | | | Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 45.164 | 1.849 | 61.258 | 9.015 | - | 117.286 |
| Circulante | | | | Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 10.482 | 10.482 |
| Caixa e equivalente de caixa | 7 | 74.236 | 65.213 | Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos | - | - | - | - | 10.482 | 10.482 |
| Contas a receber de clientes | 8 | 22.288 | 48.822 | Renumeração aos acionistas (R\$ 53,69 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | (6.938) | (6.938) |
| Estoques | 9 | 8.922 | 13.943 | Destinação para Reserva Legal | - | 509 | - | - | (509) | - |
| Impostos a recuperar | 10 | 2.028 | 1.103 | Destinação para retenção de lucros | - | - | 3.035 | - | (3.035) | - |
| Despesas antecipadas | | 188 | 176 | Destinação de dividendos propostos aprovado na AGO de 2024 | - | - | (16.100) | - | - | (16.100) |
| Outras contas a receber | | 2.842 | 1.680 | Distribuição de dividendos adicionais | - | - | (403) | - | - | (403) |
| Total do ativo circulante | | 110.504 | 130.937 | Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 45.164 | 2.358 | 47.790 | 9.015 | - | 104.327 |
| Não circulante | | | | Saldos em 1º de janeiro de 2025 | 45.164 | 2.358 | 47.790 | 9.015 | - | 104.327 |
| Depósito judicial | 11 | 26.566 | 13.660 | Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 6.991 | 6.991 |
| Impostos a recuperar | 10 | 187 | 310 | Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos | - | - | - | - | 6.991 | 6.991 |
| | | 26.753 | 13.970 | Renumeração aos acionistas (R\$ 61,99 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio | - | - | (1.370) | - | (6.641) | (8.011) |
| Imobilizado | 12 | 31.574 | 38.811 | Destinação para Reserva Legal | - | 350 | - | - | (350) | - |
| | | 31.574 | 38.811 | Destinação de dividendos propostos aprovado na AGO de 2025 | - | - | (19.278) | - | - | (19.278) |
| Total do ativo não circulante | | 58.327 | 52.781 | Distribuição de dividendos adicionais | - | - | (258) | - | - | (258) |
| Total do ativo | | 168.831 | 183.718 | Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 45.164 | 2.708 | 26.884 | 9.015 | - | 83.771 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 - Em Milhares Reais | | | | | | |
| Fornecedores | 13 | 10.658 | 14.625 | | | | | | | |
| Obrigações sociais | 14 | 1.167 | 1.966 | | | | | | | |
| Impostos, taxas e contribuições | 15 | 1.257 | 1.659 | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | 16.a | - | - | | | | | | | |
| Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar | 25 | 34.939 | 19.942 | | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | 12.1 | 5.622 | 5.318 | | | | | | | |
| Outras obrigações | | - | 64 | | | | | | | |
| Total do passivo circulante | | 53.643 | 43.574 | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Provisão para contingências administrativas | 17 | 758 | 496 | | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | 12.1 | 23.702 | 28.765 | | | | | | | |
| Passivo fiscal diferido | | 6.957 | 6.556 | | | | | | | |
| Total do passivo não circulante | | 31.417 | 35.817 | | | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 168.831 | 183.718 | | | | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | | |
| Capital social | 18.a | 45.164 | 45.164 | | | | | | | |
| Reserva legal | 18.b | 2.708 | 2.358 | | | | | | | |
| Reserva de lucros | 18.d | 35.899 | 56.805 | | | | | | | |
| | | 83.771 | 104.327 | | | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 168.831 | 183.718 | | | | | | | |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 | | | | | | | | | | |
| 1. Contexto operacional - A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termo formadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de fast food do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos post-mix dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food. Continuidade operacional - A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. 2. Base de preparação - Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 02 de abril de 2026. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a. Incertezas sobre premissas e estimativas - As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Notas Explicativas nºs 8, 9 e 12 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; Nota Explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Mensuração do valor justo - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1 : preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; Nível 2 : inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3 : inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros . 5. Base de mensuração - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. 6. Políticas contábeis materiais - A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. a. Receita operacional - A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. b. Receitas e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem essencialmente a receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são principalmente oriundas de juros sobre capital próprio. c. Moeda estrangeira - Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. d. Benefícios a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e. Imposto de Renda e Contribuição Social - O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para Imposto de Renda - acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 mil - e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. f. Estoques - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. g. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: i - Custo de materiais e mão de obra direta; ii - Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; iii - Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. h. Custos subsequentes - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Depreciação - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos estão descritas na Nota Explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. i. Instrumentos financeiros - A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento - A Companhia reconhece os ativos financeiros e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros não derivativos - mensuração - Ativo financeiro ao custo amortizado - Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Caixa e equivalente de caixa - Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Passivos financeiros não derivativos - Mensuração - Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Capital social - Ações ordinárias - Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais, sendo em sua totalidade ações ordinárias sem valor nominal. i. Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros não-derivativos - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: i - Inadimplência ou atrasos do devedor; ii - Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; iii - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; iv - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; v - O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou vi - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. Provisões - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. k. Distribuição de dividendos - As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. l. Juros sobre o capital próprio - De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são reduzidos dos Juros Sobre Capital Próprio, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. m. Novas normas, alterações e interpretações - Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 - As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). | | | | | | | | | | |

Micela Brígida Aripoll - Diretora Presidente, Denis Aripoll Borenstein - Diretor, Sérgio Costa - Diretor Administrativo Financeiro, Marcos Antônio Lessa Silva - Gerente Financeiro, Keli Cristina da Silva - CRC 1SP23514/0-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

"As demonstrações contábeis completas e auditadas, pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., com relatório de auditoria emitido em 02/04/2025, sem modificação, estão disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida."

PUBLICIDADE LEGAL

Green Energy SPE S.A.

CNPJ/MF nº. 56.986.740/0001-01- NIRE nº. 35.300.645.154

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/12/2025

Data, Horário e Local: Aos 10/12/2025, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, estando presentes a totalidade dos acionistas que representam o capital social da companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. **Edinaldo da Silva Carvalho** e como Secretária: **Luciana Del Bianco Braile**. **Deliberações Aprovadas:** a) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos elétricos, (CNAE: 4520-0/03); (2) Tendo em vista a inclusão do objeto social mencionado anteriormente, passa o Artigo 2º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - O objeto social da Companhia contempla: a) A locação de veículos elétricos, sem condutor, destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650, (CNAE's: 7711-0/00 e 7719-5/99); e b) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos elétricos (CNAE: 4520-0/03) destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A - URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650. "; e (3) E ainda devido a alteração do Artigo mencionado acima, decide a acionista pela Consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme anexo I. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo/SP, 10/12/2025. **Estatuto Social Green Energy SPE S.A. CNPJ/MF nº 56.986.740/0001-01- NIRE nº 35.300.645.154 - Capítulo - I - Da Denominação, Duração, Objeto e Sede - Artigo 1º -** A Companhia tem a denominação de Green Energy SPE SA, sendo uma sociedade de propósito específico constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com duração pelo mesmo prazo de vigência do Contrato Administrativo 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A-URBAM, conforme aditado, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650, (CNAE's: 7711-0/00 e 7719-5/99); e b) Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos elétricos (CNAE: 4520-0/03) destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A -URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650. **Artigo 2º -** O objeto social da Companhia contempla: a) A locação de veículos elétricos, sem condutor, destinados ao transporte de passageiros, para fins de execução do Contrato Administrativo nº 033/25, celebrado pela Companhia com a Urbanizadora Municipal S/A -URBAM, objeto do edital nº 204/2024, e licitação nº 002/2024, realizada no âmbito do Processo Administrativo URBAM nº 2024.09.19.154650. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Rua Marechal Deodoro, nº. 1.226, 6º andar, Sala 64, Centro, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09710-002. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, a todo tempo, criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos do gênero, em qualquer localidade do país ou do exterior, a cada qual sendo atribuído um capital em separado. **Capítulo - II - Capital Social e Transferência de Ações - Artigo 4º -** O capital social da Companhia é de R\$300.000.000,00, dividido em 300.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas, sendo R\$100,00 integralizados em moeda corrente nacional e R\$ 299.999.900,00 a ser integralizado da seguinte forma: i) até 30 /09/2025 o valor equivalente de R\$ 53.180.384,40 mediante a integralização de 20 ônibus tipo básico com porta a direita; ii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 79.770.576,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo básico com porta a direita; iii) até 31/12/2025 mais o valor equivalente de R\$ 84.630.846,60 mediante a integralização de 30 ônibus tipo padron com porta a direita; iv) até 30 de abril de 2026 mais o valor equivalente de R\$ 42.544.307,52 mediante a integralização de 16 ônibus tipo básico com porta a direita, totalizando, até o dia 30/04/2026, o valor de R\$ 260.126.115,12, restando o saldo de R\$ 39.873.784,88 podendo antecipar em qualquer momento as integralizações aqui previstas, conforme aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas em 31/07/2025. **Artigo 5º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. § 1º - As ações serão registradas no livro de Ações Nominativas da Companhia e sua transferência operar-se-á por termos lançados em livro próprio. **Artigo 6º -** No caso de qualquer acionista desejar alienar suas ações a terceiros, os demais acionistas terão preferência para adquiri-las em igualdade de condições, respeitadas as demais disposições aplicáveis por lei. **Capítulo - III - Administração - Artigo 7º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por, no mínimo 01 membro, acionista ou não, residente no país, eleito em Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. § 1º - O membro da Diretoria será investido em sua função mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão. § 2º - Mesmo após o término do prazo do mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. **Artigo 8º -** Compete ao Diretor gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferir para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social e pela lei. **Artigo 9º -** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique cm assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia perante terceiros, ou na exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) pelo Diretor Presidente isoladamente ou (ii) por 01 procurador, com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único -** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão ser sempre assinados pelo Diretor Presidente e não poderão ter prazo superior a 01 ano, com exceção dos mandatos outorgados para fins de representação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. **Artigo 10º -** Competirá ao Diretor Presidente convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria. **Artigo 11º -** O membro da Diretoria poderá receber os honorários e participações, globais ou individuais, que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo - IV - Assembleia Geral - Artigo 12º -** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Parágrafo Único -** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará um dos presentes para servir de secretário da mesa. **Capítulo - V Conselho Fiscal - Artigo 13º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. § 1º - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. § 2º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 02 membros do Conselho Fiscal. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo - VI - Exercício Social - Artigo 14º -** O exercício social terá início em 1 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as formalidades exigidas pela legislação vigente. **Artigo 15º -** Feitas as necessárias anotações, do lucro líquido apurado no balanço anual deduzir-se-ão: I. 5% para a Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; II. 0,01 % do lucro ajustado, em conformidade com o disposto no artigo 202, da lei nº. 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; e III. O saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. § 1º - Os dividendos não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 03 anos, reverterão em benefício da Companhia. § 2º - A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição inferior ao obrigatório ou, ainda, a retenção de todo lucro. § 3º - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo - VII - Disposições Gerais - Artigo 16º -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ ou por deliberação da Assembleia Geral. Caberá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, nomear liquidante e fixar a sua remuneração. **Artigo 17º -** Nos casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social, aplicar-se-á as disposições pertinentes da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada. São Bernardo do Campo/SP, 10/12/2025. Jucesp nº 418.546/25-3 em 16/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretário Geral.

Transportadoras buscam clareza sobre situação em Hormuz após novos alertas do Irã



Empresas de navegação disseram nesta quarta-feira (8) que precisam de mais clareza sobre os termos do cessar-fogo entre Estados Unidos e Irã antes de retomar o trânsito pelo estreito de Hormuz, enquanto Teerã afirmou que a via permanece fechada a embarcações sem autorização.

O conflito de seis semanas levou o tráfego pelo estreito -um gargalo por onde passa cerca de 20% das remessas globais de petróleo e GNL (gás natural liquefeito)- a quase parar, impulsionando os preços globais de energia.

O Irã afirmou que oferecerá passagem segura em coordenação com suas Forças Armadas, embora

sua guarda costeira tenha alertado nesta quarta que qualquer navio que tente navegar sem permissão será "alvejado e destruído".

"O trânsito no estreito de Hormuz ainda está fechado, e é necessário obter autorização da Marinha do Sepah iraniano", dizia uma mensagem de rádio recebida por dois armadores e compartilhada com a Reuters.

As decisões sobre as condições de passagem pelo estreito são tomadas pelo Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã.

A primeira embarcação teria atravessado o estreito com autorização do Irã após o cessar-fogo, informou a TV estatal nesta quarta-feira. A identidade do navio não foi imediatamente confirmada,

mas dados da plataforma MarineTraffic mostram dois navios de armadores gregos e dois de armadores chineses passando pela região desde o início do dia.

O Irã já havia firmado acordos de passagem segura com vários países, incluindo Índia e Iraque. As grandes companhias de navegação, porém, seguem cautelosas.

Hamid Hosseini, porta-voz da União de Exportadores de Petróleo, Gás e Produtos Petroquímicos do Irã, disse ao Financial Times nesta quarta que o Irã quer avaliar cada embarcação e cobrar taxas de pedágio de qualquer petroleiro que passe pelo estreito.

As taxas seriam pagas em criptomoedas. IstoÉDinheiro

Dólar cai abaixo dos R\$ 5,10 após anúncio de cessar-fogo

O dólar iniciou a quarta-feira, 8, com queda firme ante o real, negociado abaixo dos R\$ 5,10, após os Estados Unidos acertarem na véspera um cessar-fogo de duas semanas com o Irã, que aceitou reabrir o Estreito de Ormuz. Às 11h, o dólar à vista cedia 1,21%, aos R\$ 5,0882 na venda. O Ibovespa, referência do mercado acionário brasileiro, subia 1,83%, a 193.759,83. No melhor momento, chegou a 193.759,01 pontos, nova máxima intradia. Na terça-feira, o dólar à vista fechou o dia com alta de 0,16%,

aos R\$ 5,1549, e o Ibovespa encerrou aos 188.258,91 pontos. Já os preços do petróleo desabavam para perto de US\$ 90.

Perto das 10h, os futuros do Brent caíam 16,26%, para US\$ 91,50 o barril, enquanto o WTI recuava 17,68%, para US\$ 92,98 o barril. Os preços do diesel europeu de referência também recuavam na mesma intensidade. As bolsas asiáticas e europeias também subiam com força nesta quarta, mas os ganhos dependem da retomada do tráfego pelo Estreito de Ormuz, com implicações

nos mercados de energia e nas economias globais.

Os mercados globais precisarão de meses para se recuperar do impacto do conflito, disseram especialistas da Oxford Economics nesta quarta-feira. "O acordo é frágil, os principais detalhes operacionais ainda precisam ser trabalhados e, mesmo na melhor das hipóteses, é provável que os fluxos físicos (de petróleo) se recuperem apenas gradualmente", disse Bridget Payne, chefe de previsão de petróleo e gás da Oxford Economics, em um webinar. IstoÉDinheiro

DATA MERCANTIL
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

Transportes Imediato S.A.

CNPJ nº 49.151.483/0001-14

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Ativo | BALANÇOS PATRIMONIAIS | | Passivo e patrimônio líquido | | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | | | | |
|---|-----------------------|------------------|--|------------------|----------------------------|---|----------------------------------|---|--|------------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | | | |
| Circulante | | | Circulante | | | | Atividades operacionais | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 54.003 | 24.817 | Fornecedores | 47.556 | 31.464 | Receita operacional líquida | 1.292.558 | 1.233.023 | Lucro antes dos impostos | 108.483 | 114.871 |
| Contas a receber de clientes | 297.610 | 304.694 | Empréstimos e financiamentos | 159.987 | 118.360 | Custo dos serviços prestados | (1.036.335) | (972.262) | Ajustado por: | | |
| Estoque | 1.496 | 1.000 | Instrumentos financeiros derivativos | 1 | 17 | Lucro bruto | 256.223 | 260.761 | Depreciação de imobilizado e intangível | 44.388 | 38.747 |
| Tributos a recuperar | 27.371 | 18.624 | Arrendamentos a pagar | 50.274 | 50.856 | Receitas (despesas) operacionais | - | - | Ganho na venda de ativo imobilizado | (33.755) | (14.316) |
| Adiantamento a fornecedores e diversos | 25.120 | 5.584 | Obrigações trabalhistas e sociais | 63.546 | 62.274 | Despesas gerais e administrativas | (89.831) | (73.153) | Amortização de direito de uso | 47.676 | 68.058 |
| Despesas antecipadas | 60 | 61 | Dividendos e JCP à pagar | 1.650 | 52.867 | Outras receitas (despesas) operacionais | 48.112 | 39.230 | Juros incorridos sobre arrendamentos | 24.088 | 51.403 |
| Total do ativo circulante | 405.660 | 354.780 | Tributos à recolher | 21.632 | 16.913 | Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos | 214.504 | 226.838 | Juros sobre empréstimos e financiamentos | 97.035 | 67.895 |
| | | | Adiantamentos de clientes | 894 | 1.242 | Receitas financeiras | 17.615 | 8.871 | Provisão de clientes a faturar | (15.726) | (5.965) |
| Não circulante | | | Outros passivos | 10.807 | 7.047 | Despesas financeiras | (123.636) | (120.838) | Instrumentos financeiros derivativos | (16) | 15 |
| Realizável ao longo prazo | | | Total do passivo circulante | 356.347 | 341.040 | Resultado financeiro, líquido | (106.021) | (111.967) | Provisão para demandas judiciais | 4.189 | (1.702) |
| Depósitos judiciais | 5.017 | 4.780 | Lucro líquido do exercício | | | Lucro antes dos impostos | 108.483 | 114.871 | Variações nos ativos e passivos operacionais | | |
| Tributos a recuperar | 34.317 | 24.312 | Empréstimos e financiamentos | 539.738 | 381.944 | Lucro antes dos impostos | 108.483 | 114.871 | Contas a receber | 22.810 | (37.942) |
| Total do realizável ao longo prazo | 39.334 | 29.092 | Arrendamentos a pagar | 90.737 | 180.133 | IRPJ e CSLL corrente | (22.164) | (19.808) | Estoques | (496) | (361) |
| Investimentos | 851 | 731 | Provisão para demandas judiciais | 13.649 | 9.460 | IRPJ e CSLL diferidos | (13.962) | (19.538) | Tributos a recuperar | (18.753) | 3.897 |
| Direito de uso | 130.233 | 210.864 | Total do passivo não circulante | 718.503 | 631.955 | Lucro líquido do exercício | 72.357 | 75.525 | Adiantamento a fornecedores e diversos | (19.536) | (1.450) |
| Imobilizado | 618.047 | 475.367 | Patrimônio líquido | | | | | Depósitos judiciais | (237) | 335 | |
| Intangível | 1.636 | 1.365 | Capital social | 45.524 | 45.524 | | | Despesas antecipadas | 2 | 23 | |
| Total do ativo não circulante | 750.767 | 688.327 | Reserva de Lucros | 75.387 | 53.680 | | | Fornecedores | 16.092 | (5.859) | |
| Total do ativo | 1.195.761 | 1.072.199 | Total do patrimônio líquido | 120.911 | 99.204 | | | Obrigações trabalhistas e sociais | 1.272 | 5.699 | |
| | | | Total do passivo | 1.074.850 | 972.995 | | | Tributos a recolher | 4.719 | (4.209) | |
| | | | Total do passivo e patrimônio líquido | 1.195.761 | 1.072.199 | | | Adiantamento de clientes | (348) | 784 | |
| | | | | | | | | Outros passivos | (3.140) | (1.964) | |
| | | | | | | | | IRPJ e CSLL pagos | (22.164) | (17.761) | |
| | | | | | | | | Pagamento de juros | (71.171) | - | |
| | | | | | | | | Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 185.412 | 260.198 | |
| | | | | | | | | Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| | | | | | | | | Adições do imobilizado | (96.305) | (1.474) | |
| | | | | | | | | Adições de investimentos | (120) | (731) | |
| | | | | | | | | Recebimento na venda de ativos imobilizados | 84.143 | 35.656 | |
| | | | | | | | | Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento | (12.282) | 33.451 | |
| | | | | | | | | Atividades de financiamento | | | |
| | | | | | | | | Pagamentos de passivos de arrendamento | (74.211) | (81.714) | |
| | | | | | | | | Captação de empréstimos e financiamentos | 287.071 | 207.970 | |
| | | | | | | | | Pagamento de empréstimos e financiamentos e juros | (254.937) | (299.042) | |
| | | | | | | | | Pagamento de juros | - | (48.156) | |
| | | | | | | | | Distribuição de lucros | (101.867) | (58.352) | |
| | | | | | | | | Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (143.944) | (279.294) | |
| | | | | | | | | Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 29.186 | 14.355 | |
| | | | | | | | | Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 24.817 | 10.462 | |
| | | | | | | | | Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 54.003 | 24.817 | |
| | | | | | | | | Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa | 29.186 | 14.355 | |
| | | | | | | | | Transações que não afetaram caixa: | | | |
| | | | | | | | | Direito de uso e passivo de arrendamento | 71.764 | 48.378 | |
| | | | | | | | | Imobilizado adquirido através de empréstimos e financiamentos | 141.423 | 49.697 | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Transportes Imediato S.A. ("Companhia") é uma Sociedade Anônima com Sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Atua no Brasil por meio de 45 filiais (50 em 31 de dezembro de 2024). Tem como atividade a prestação de serviços de transportes e logística considerando as seguintes operações: • **Outbound** - é o fluxo de produtos acabados, de fábrica para fábrica. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • **Inbound** - é a transferência de insumos, dos fornecedores para as fábricas. Este atendimento é feito com frota personalizada e agregados, altamente qualificados, para atender uma demanda programada ou esporádica; • **Operação dedicada** - é a transferência de produtos da fábrica para os Centros de Distribuição Direta (CDD). Há um estudo de demanda em cada cliente, para determinar a quantidade de veículos necessários, 24h por dia, proporcionando uma sinergia no processo. Os veículos são desenvolvidos especificamente (customizados), junto ao fabricante do insumo, para cada operação; • **Operação Back Haul** - é a transferência do produto acabado. Consiste na sinergia entre fornecedor/cliente, otimizando mesmo veículo, que transfere diferentes produtos, resultando em economia, ou seja, uma carreta leva uma carga e traz outra, numa mesma viagem. A Companhia encontra-se atualmente direcionando parte substancial de suas operações para seus acionistas minoritários, por meio de transações classificadas como partes relacionadas, conforme detalhado na respectiva nota explicativa nº 7. Tais operações são realizadas em condições previamente estabelecidas entre as partes. A Companhia é parte relacionada do Grupo econômico AmBev. Parte substancial das suas operações são efetuadas com partes relacionadas, portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. **Reforma Tributária sobre o Consumo:** A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Lei Complementar nº 227/2026, instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi ainda instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2032, durante o qual haverá convivência entre o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 disciplinou

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | | | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| | Legal | Incentivos fiscais | Retenção de lucros | | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2024 | 45.524 | 6.255 | 23.897 | 870 | - | 76.546 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 75.525 | 75.525 | - |
| Destinação do resultado: | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - 2.849 | - | - | - | (2.849) | 75.525 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (52.867) | (52.867) |
| Retenção de lucros | - | - | - | 19.809 | (19.809) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 45.524 | 9.104 | 23.897 | 20.679 | - | 99.204 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 72.357 | 72.357 |
| Destinação do resultado: | | | | | | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | (50.650) | (50.650) |
| Retenção de lucros | - | - | - | 21.707 | (21.707) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 45.524 | 9.104 | 23.897 | 42.386 | - | 120.911 |

a administração do IBS, instituindo o Comitê Gestor responsável por sua arrecadação, fiscalização, compensação e distribuição das receitas, bem como estabeleceu diretrizes para aproveitamento de créditos do sistema atual. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e financeiros decorrentes da nova sistemática. Considerando que o período de transição terá início em 2026 e que ainda faltam regulamentações complementares, não foram identificados, até a data-base destas demonstrações financeiras, efeitos materiais decorrentes da Reforma Tributária. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1 Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** : As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e o Conselho de administração em 24 de março de 2026. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos)

são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.2. **2.2 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 5: análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperadas; Nota Explicativa nº 8: IRPJ e CSLL diferidos; Nota Explicativa nº 9: determinação da taxa de desconto para direito de uso e arrendamentos a pagar; Nota Explicativa nº 10: revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado; Nota Explicativa nº 14: provisão para demandas judiciais; e Nota Explicativa nº 19: instrumentos financeiros. **3.**

| DIRETORIA | | CONTADORA | |
|---|-------------------------|--|--|
| Roberto Zampini Junior Negrão Zampini - CEO | Humberto Fernando - CFO | Érica Luzia Ferreira Barbosa Mini - Contadora - CRC 1SP 205052/0-9 | |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da Transportes Imediato S.A., Ribeirão Preto - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Transportes Imediato S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportes Imediato S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:**

Demonstrações financeiras do exercício anterior auditadas por auditor independente antecessor: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 24 de abril de 2025. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2026

KPMG Gustavo de Souza Matthiesen
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP-02766/0-5 F SP CRC SP293539/0-8

DATA MERCANTIL

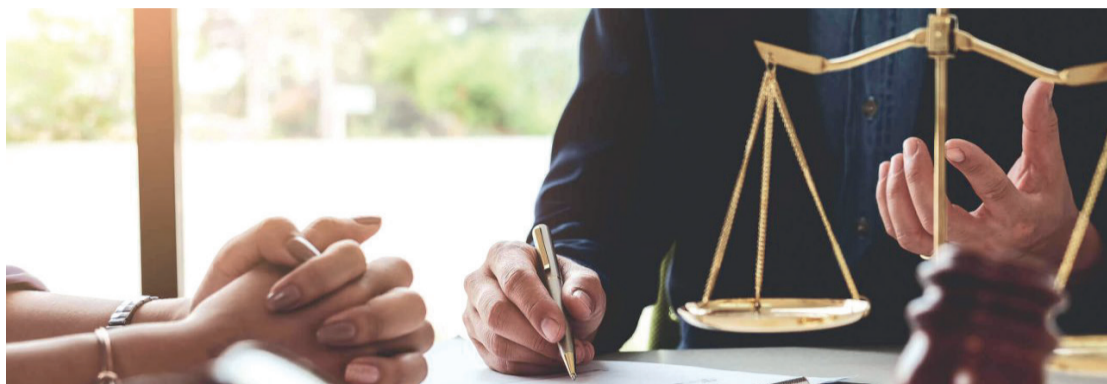
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Pedidos de recuperação judicial no Brasil crescem e batem recorde em 2025



Uma pesquisa do Serasa Experian identificou que o número de empresas em recuperação judicial no Brasil bateu recorde em 2025. No ano passado, 2.466 empresas entraram na Justiça com processos para reestruturar as contas. Os dados são do Indicador de Falências e Recuperações Judiciais, da Serasa Experian. A metodologia também separa os processos realizados ao longo do ano e a quantidade de CNPJs em recuperação judicial. Isso porque, em uma única ação, pode estar incluída mais de uma empresa.

Assim, a quantidade de processos também avançou em 2025 para 977, alta de 5,5%, o que revela uma média de 53 recuperações judiciais por mês. Pela ótica dos CNPJs, 103 empresas entraram em RJ mensalmente.

Analistas explicam que a taxa de juros elevada e um crédito mais seletivo são os principais fatores que asfixiam o caixa das empresas. Um levantamento mostrou que o endividamento apenas das empresas de capital aberto no Brasil já alcança R\$ 2,3 trilhões.

Dentre os segmentos, a Agropecuária se destacou com 30,1% (743 empresas) que buscaram pela recuperação judicial, seguido pelo setor de Serviços com 30% (739). Em seguida, vieram Comércio (21,7%; 535 CNPJs) e Indústria (18,2%; 449 empresas).

Na comparação com 2024, houve avanço nas RJs do setor Agropecuário de 3,8 pontos percentuais, enquanto serviços teve leve alta de 0,6%. Comércio e Indústria registraram perdas de 2,4 p.p.

e 2 p.p, respectivamente.

No acumulado de 2012 a 2025, Agropecuária saltou de 1,3% para 30,1%, enquanto Comércio e Indústria registraram queda de 9,5% e 16,2%, respectivamente. Serviços manteve participação próxima, de 33,1% para 30,0%.

"A agropecuária opera sob um conjunto de riscos climáticos e biológicos. Isso se soma a choques de preços de commodities, insumos dolarizados como, fertilizantes e defensivos, exposição cambial e um ciclo financeiro mais longo de safra-entressafra. Isso amplifica a volatilidade de receita e caixa, tornando a recuperação judicial um instrumento para preservar operação e emprego", explicou Camila Abdelmalack, economista-chefe do Serasa Experian.

CNN

TikTok planeja investir 1 bi de euros em data center na Finlândia

O TikTok planeja investir 1 bilhão de euros na construção de um segundo data center na Finlândia em menos de um ano, transferindo o armazenamento de dados de usuários europeus para o continente, disseram executivos da empresa nesta quarta-feira (8).

O anúncio ocorre em um momento em que a ByteDance, controladora chinesa do TikTok, evitou em janeiro uma proibição nos Estados Unidos devido a preocupações com a proteção de dados, e enquanto os países europeus intensificam a pressão sobre as empresas de mídia social para proteger as crianças de seus algoritmos viciantes.

O TikTok anunciou um novo investimento de 1 bilhão de euros em um centro de dados com capacidade inicial de 50 MW (megawatts) e capacidade potencial total de 128 MW em Lahti, localizada no sul da Finlândia.

O investimento faz parte da "iniciativa de soberania de dados europeia de 12 bilhões de euros da empresa, que oferece proteções líderes do setor para os dados

de mais de 200 milhões de usuários europeus", disse a empresa à Reuters.

A Finlândia tornou-se um polo de atração para data centers, à medida que empresas como Microsoft e Google buscam reduzir custos de energia e cumprir metas climáticas, atraídas pelo clima frio do país, pela eletricidade de baixo custo e baixa emissão de carbono e por um ambiente regulatório estável e favorável aos negócios dentro da União Europeia.

No entanto, políticos finlandeses ficaram alarmados com o plano do TikTok de construir seu primeiro centro na Finlândia, após a Reuters ter revelado a informação em abril do ano passado.

Embora o Ministério da Defesa da Finlândia tivesse aprovado o investimento em 2024, os políticos não haviam sido informados. O então ministro da Economia da Finlândia, Wille Rydman, pediu no ano passado que o projeto fosse "reconsiderado" devido a preocupações com a segurança e à falta de transparência em relação aos planos da empresa.

CNN

Veremos redução nas vendas com fim da escala 6x1, diz Abrasce



Um estudo realizado pela Abrasce (Associação Brasileira de Shopping Centers) revelou que a proposta acabar com a escala 6x1 pode provocar uma queda superior a 12% no número de vendas e empregos no setor. O cenário seria comparável ao observado durante a pandemia, com queda abrupta de faturamento e avanço da informalidade.

Glauco Humai, presidente da Abrasce, explicou em entrevista exclusiva ao CNN Money que o impacto seria significativo para o setor.

"Para ilustrar isso, a gente fechou 2025 com R\$ 200 bilhões em vendas. Se a gente tivesse implementado essa legislação em janeiro de 2025, significaria que

a gente fecharia o ano de 2025 com R\$ 186 bilhões de vendas, R\$ 14 bilhões a menos", afirmou. Segundo a Abrasce, a mudança afetaria especialmente os pequenos lojistas, que representam 60% dos 115 mil estabelecimentos em shoppings.

Para empresas com quatro ou cinco funcionários, a contratação de um trabalhador adicional representaria um aumento de 20% a 25% nos custos trabalhistas, o que seria inviável para muitos negócios.

Humai destacou ainda a situação dos quiosques: "Só para ter outra ideia, 16 mil quiosques existem nos shoppings do Brasil. Cada quiosque tem um ou, no máximo, dois trabalhadores. Você vai ter que contratar

um ou dois trabalhadores, você vai duplicar o custo trabalhista de um quiosque", explicou.

O presidente da associação alertou que a medida poderia acelerar a automatização de funções atualmente exercidas por pessoas.

"À medida em que eu vou ter que ter dois funcionários para trabalhar no caixa, meu custo vai aumentar, vai ser inviável eu ter essa função. Então, eu vou contratar um caixa automático", exemplificou.

De acordo com Humai, processos que normalmente levariam cinco ou dez anos para serem automatizados poderiam ser implementados em questão de meses, gerando mais desemprego.

CNN